



PRECATÓRIOS

Com mudanças, PEC será analisada, hoje, na CCJ

Uma das alterações é a que isenta o Auxílio Brasil da exigência de definição de uma fonte de recursos, prevista na LRF

» JORGE VASCONCELLOS

O líder do governo no Senado e relator da PEC dos Precatórios, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), apresenta, hoje, o seu parecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Após se reunir com várias lideranças partidárias, o parlamentar incluiu uma série de mudanças no texto. Uma delas isenta o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, da exigência de ter a definição de uma fonte de recursos, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“O que se deve observar é que o governo quer, sim, cumprir com toda a legislação aplicável, no caso específico, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e ela exige, sim, que para cada despesa nova, um aumento de despesa, você indique uma fonte de financiamento”, disse Bezerra, durante coletiva de imprensa. Ele acrescentou que, “no caso específico, deste exato momento, como nós estamos tratando da natureza permanente do programa por meio de uma emenda constitucional, e não de uma legislação infraconstitucional, nem por lei nem por medida provisória, a interpretação é que, por ser por emenda constitucional, estaria suprida essa exigência na partida do programa para você financiar o Auxílio Brasil”, frisou.

O relator acrescentou que, se ao longo do próximo ano, avaliações indicarem a necessidade de, nos exercícios seguintes, haver uma fonte específica de recursos para o Auxílio Brasil, a opção será, “quem sabe, retornar ao debate da questão da tributação de lucros e dividendos e que não encontra, ainda, um ambiente adequado para prosperar aqui no Senado”.

Outra alteração promovida pelo relator é a que dá um caráter permanente ao Auxílio Brasil, que estava originalmente previsto para terminar em dezembro de 2022. Por outro lado, foram mantidas as novas regras para o cálculo do teto de gastos e um limite para o pagamento de precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça — no ano que vem.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para viabilizar

Waldemir Barreto/Agência Senado



Bezerra: “O que se deve observar é que o governo quer, sim, cumprir com toda a legislação aplicável, no caso específico, a LRF”

Votação

A CCJ do Senado é formada por 27 membros. Para ser aprovada, a PEC dos Precatórios precisa dos votos favoráveis da maioria simples, ou seja, dos que estiverem presentes na votação. No plenário do Senado, a proposta precisará do apoio de, pelo menos, 49 senadores, antes do natal, a 17 milhões de famílias. A meta é, após uma

eventual **aprovação na CCJ**, votar a matéria no plenário do Senado na próxima terça-feira. Na sequência, em razão das alterações feitas pelo relator, o texto deverá retornar para nova análise dos deputados. Bezerra informou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), assegurou que a Casa atuará com agilidade na tramitação para que se possa começar a pagar o benefício já em dezembro.

O relator anunciou as alterações no texto, após se reunir com lideranças de vários partidos, incluindo o MDB e o PSD, donos das duas maiores bancadas do Senado.

A definição do Auxílio Brasil como um programa permanente foi uma demanda de senadores de vários partidos, que consideraram eleitoreira a proposta do governo de conceder o benefício apenas até dezembro de 2022.

A outra mudança feita pelo relator vincula todo o espaço fiscal aberto pela PEC a despesas predeterminadas. “Essa foi a manifestação de muitos

senadores, no sentido de que o espaço fiscal esteja vinculado ao Auxílio Brasil, em primeiro lugar, e a despesas que estão relacionadas ao valor do salário mínimo, que são as despesas previdenciárias, o Benefício de Prestação Continuada, os mínimos constitucionais da Saúde e da Educação”, ressaltou Bezerra. Ele incluiu nesse rol “as transferências para os demais Poderes, como o Judiciário, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública, entre outras despesas, incluindo para financiar o programa de desoneração da folha de pagamento dos 17 setores”.

Auditoria

A outra mudança trata da criação de uma comissão mista, formada por deputados e senadores, que estará encarregada de realizar uma auditoria no setor de precatórios. Nos últimos anos, essas dívidas judiciais têm tido aumentos expressivos — em 2022, o valor previsto para ser pago é de R\$ 89 bilhões.

“É importante que se diga que não se quer questionar decisões judiciais, o que se quer é fazer uma avaliação da gestão dos precatórios. A proposta é a criação de uma comissão mista do Congresso Nacional, Câmara e Senado, em cooperação com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), para que, num prazo de 12 meses após a promulgação da PEC, a gente possa ter contribuições para melhor organizar e administrar a despesa com os precatórios. Essa despesa tem crescido muito nos últimos anos”, sustentou Bezerra.

O relator promoveu mudanças também na parte que trata dos precatórios do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujos credores são estados e municípios. O parlamentar afirmou que esse pagamento será feito na forma de abono salarial.

“São recursos transitórios, eventuais, não receitas permanentes, mas é importante que

esses recursos também possam beneficiar os professores. Só que não se pode querer imaginar que essa receita possa financiar aumentos salariais sem cobertura de receita permanente”, comentou. “Por isso que a proposta é garantir o acesso aos professores dos recursos extraordinários dos precatórios do Fundef, mas definindo o seu pagamento por meio de abono salarial, e não de reajuste salarial. Isso é importante para manter o equilíbrio das contas das previdências estaduais e municipais.”

Ainda em relação ao Fundef, o relator incluiu no texto a exigência para que o governo defina um fluxo de desembolso dos pagamentos dos precatórios relacionados ao fundo. Conforme o texto aprovado pela Câmara, essas dívidas devem ser quitadas em três parcelas anuais, a partir de 2022, em percentuais de 40%, 30% e 30%.

“Existe uma certa insegurança por parte dos governadores que essa decisão do pagamento dos precatórios possa se dar de forma discricionária, ou seja, que o governo federal opte por pagar os precatórios apenas ao final do ano de 2022. Então, se quer uma programação que seja proporcional ao transcorrer do ano próximo. Estamos enfrentando essa questão”, relatou o parlamentar.

A outra alteração, segundo informou o senador, foi um “ajuste redacional em relação à utilização de precatórios de direitos creditórios de terceiros que não ficou claro na redação que veio da Câmara”.

Bezerra estima que, no plenário do Senado, a PEC deve ser aprovada com pelo menos 51 votos. “Na última PEC discutida e votada aqui no Senado, o governo alcançou 52 votos. A gente sempre trabalha com a expectativa de, nesta PEC, poder ter entre 51 e 53 votos. É evidente que isso é uma maioria mínima próxima ao mínimo exigido, que é 49, por isso, a nossa disposição de continuar dialogando”, afirmou. “Mesmo com a leitura do relatório, estaremos abertos para sugestões, para eventuais ajustes no sentido de que, na terça-feira da semana próxima, a gente possa ter um apoio ainda maior”, finalizou.

Moro sai em defesa do texto alternativo

O Podemos escalou o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sérgio Moro para defender a proposta alternativa do partido à PEC dos Precatórios, com a qual o governo pretende viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400. Em coletiva de imprensa, ontem, no Senado, ao lado de parlamentares da sigla, o pré-candidato à Presidência da República criticou duramente a proposta, que, segundo ele, é motivo de “perda de credibilidade fiscal” do Brasil no mercado externo e interno.

As críticas de Moro foram feitas na véspera da apresentação do parecer do relator da PEC dos Precatórios no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Moro se declarou favorável ao pagamento do Auxílio Brasil para famílias de baixa renda, desde que seja permanente, e não com vigência até dezembro de 2022, como propõe o governo. Porém ele ponderou que isso não deve

ser feito às custas do rompimento de teto de gastos e de um “calote” nos precatórios.

“O teto de gastos, quando foi criado em 2016, resultou em uma imediata queda nos juros cobrados no mercado, e isso impulsionou uma recuperação da economia que vinha da recessão criada pelo governo do PT”, disparou. “Não vamos fechar os olhos para as consequências do rompimento do teto de gastos. Isso vai gerar aumento da inflação, que vai ser respondido pelo Banco Central com o aumento de juros.”

Moro e o Podemos defenderam a proposta elaborada pelos senadores Oriovisto Guimarães (Pode-PR), Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e José Aníbal (PSDB-SP). Esse texto prevê excluir do teto de gastos o pagamento de todos os precatórios e de dívidas de pequeno valor, o que abriria um espaço fiscal de cerca de R\$ 89 bilhões para gastos em 2022. (JV)

Waldemir Barreto/Agência Senado



Não vamos fechar os olhos para as consequências do rompimento do teto de gastos. Isso vai gerar aumento da inflação, que vai ser respondido pelo Banco Central com o aumento de juros”

Sérgio Moro, pré-candidato à Presidência da República

Lira: sem resistência a Auxílio permanente

» ISRAEL MEDEIROS

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse, ontem, que não há resistência por parte de deputados à proposta de transformar o Auxílio Brasil — substituto do Bolsa Família — em um programa de transferência de renda permanente no valor de R\$ 400. Segundo os cálculos do governo, o programa só tem recursos para funcionar até dezembro de 2022, caso a PEC dos Precatórios seja aprovada pelo Congresso em tempo hábil.

No entanto, há mudanças sugeridas ao texto por senadores que querem tornar o benefício permanente. Lira, um dos principais interessados na tramitação rápida da proposta, afirmou que há conversas em andamento com o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), relator do texto, para buscar aprimoramentos. Ele disse esperar que a proposta não sofra

grandes modificações, mas Bezerra anunciou, ainda ontem, seis alterações ao texto, incluindo a “natureza permanente do Auxílio Brasil”.

“Em relação a propostas de transformar o auxílio temporário em permanente e criar uma comissão permanente de avaliação e acompanhamento de precatórios no Congresso Nacional, não teriam por parte da Câmara nenhum tipo de resistência”, ressaltou Lira em entrevista à GloboNews.

O presidente da Câmara também reafirmou o que declarou na semana passada, de que a PEC dos Precatórios não abre espaço suficiente no orçamento para bancar um aumento no salário dos servidores no ano que vem. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que pretende dar um reajuste para todo o funcionalismo com o espaço aberto pela PEC dos Precatórios.